

América Latina, variável independente? Para uma crítica ao binômio centro - periferia¹

Sergio B. F. Tavolaro

Doutor em Sociologia pela *The New School for Social Research* (New York) e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Endereço para correspondência: Rua Silviano Brandão, 35 apt. 403 - Uberlândia - MG

CEP 38400-176

e-mail: sergiotavo@fafcs.ufu.br

Recebido em 02/2009. Aceito em 04/2009.

I. *América Latina*, variável explicativa?

Já é prática corrente, em tempos atuais, iniciar toda e qualquer reflexão a respeito da noção de *América Latina* com a seguinte advertência: o objeto (ou a “coisa”) ao qual se refere é tão diverso e multifacetado que seria mais adequado dirigir-se a ele com a expressão *Américas Latinas*². Tais diferenças, afirma-se, estendem-se a fatores tão variados quanto os de natureza geográfica, de ordem lingüística, de configuração econômica, de cabedal cultural, de herança histórica, de composição étnica, de ordem política, dentre outros³. É curioso, contudo, notar

¹ O autor agradece a autorização dos Editores da *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais* para que o presente artigo, sob o título “América Latina: entre imagens e estigmas”, seja incluído na coletânea organizada por Leila da Costa Ferreira, intitulada *Teoria Social, Interdisciplinaridade e Questão Ambiental na América Latina*, que se encontra em fase de avaliação.

² A esse respeito, assim adverte Renato Ortiz (1998/1999: 145): “Não é fácil falar da América Latina como se um continente geográfico encerrasse em si uma totalidade única. A rigor seria talvez mais prudente falarmos de Américas Latinas. Há primeiro, diferenças substantivas em relação ao próprio processo de colonização, o que levou um país como o Brasil a se distinguir dos outros de tradição hispânica. Não se pode esquecer ainda as multiplicidades regionais, Cone Sul e América Central, além da diversidade de tradições indígenas encontradas pelos colonizadores, por exemplo, povos nômades na selva brasileira e civilizações estruturadas com Estado e uma hierarquia de classes, no México azteca ou no Peru inca”.

³ A meu ver, não seria outra razão que teria levado Octavio Ianni (2005: 10) a afirmar que “[a]inda não se sabe se a América Latina é um continente, um conglomerado de territórios e fronteiras, ilhas e arquipélagos; uma coleção de nações geradas por dentro e por fora (...). Parece uma nebulosa nítida e indecifrável, em movimento, em busca de fisionomia, significado, conceito”.

que o reconhecimento dessa enorme variedade de fatores - a qual a expressão “América Latina” pretende abarcar - não tenha por implicação um enfraquecimento de sua força denominativa, isto é, não resultou na debilitação de sua capacidade de indicar, de maneira necessária e inexorável, a existência de certa unidade e identidade na “coisa” a que se refere. Mais curioso ainda, há que se reconhecer, é que a força e frequência com que se emprega essa noção não se restringem ao senso comum. Se assim fosse, talvez pudéssemos até mesmo justificar sua permanência como fruto da inércia do hábito, pelo qual idéias e palavras obsoletas continuam a permear a língua cotidiana a despeito de nada mais representarem.

Ocorre que a noção de *América Latina* permanece viva e atuante também em um território discursivo que se distingue de outros em virtude de operar por meio de exercícios de auto-reflexão e auto-análise (ao menos assim tal território discursivo imagina-se e se concebe). Refiro-me, obviamente, ao discurso científico-acadêmico e à sua insistência - por certo de forma mais expressiva nas subáreas em que a noção faz mais sentido no tocante às agendas de pesquisa e reflexão - em incorporar e perpetuar o uso da expressão *América Latina*. Também nesse território, pois, nota-se a tendência a se referir não só a uma dada “realidade” geográfica, mas também a um conjunto de objetos aos quais se atribui um grau de homogeneidade (seja ela social, política, econômica, cultural, histórica, étnica, física, ou de outras naturezas) alto o suficiente para justificar a ligação da *América Latina* a certas “coisas”⁴.

Ora, mesmo que primordialmente devotado à compreensão de aspectos da “realidade latino-americana”, parece-me que qualquer exercício de investigação que se pretenda crítico e disposto a levar às últimas conseqüências a missão reflexiva da atividade científica não deve se furtar à tarefa de colocar como uma de suas metas discutir até que ponto e em que sentido, a própria noção de *América Latina* deve ser mantida como referência cognitiva⁵. Será que sua duradoura

⁴ Segundo Ianni (2005: 25), “[d]a mesma forma que pensadores latinoamericanos, também pensadores de outras nações e continentes, empenham-se há muito tempo em compreender ou explicar a América latina e o Caribe, como um todo e em suas diferentes nacionalidades, tradições e modernidades”. Mas, parece-me que um sintoma de que algo não vai bem nessa ânsia de atribuir unidade a tamanha diversidade é o fato de que “[s]ão muitas as denominações com as quais se busca constituir esse ‘continente’. *Multiplicam-se os nomes, no infundável esforço de taquigrafar e constituir um ente geohistórico simultaneamente evasivo e evidente; que ainda parece tão incógnito que para ser nomeado precisa ser apontado com o dedo*” (IANNI, 2005: 13. Grifos do próprio autor).

⁵ A respeito da noção de *América Latina*, Octavio Ianni já chamou atenção para “a impressão de que há sempre algum hiato entre a palavra e a coisa, o conceito e o seu objeto, o pensamento e o pensado. Seja porque o objeto é intrincado e evasivo, seja porque o pensamento ainda não encontrou a sua perspectiva mais fecunda. Enquanto forma de autoconsciência da realidade e, simultaneamente, constitutivo dessa realidade, o

permanência no discurso acadêmico não é também fruto de uma dada inércia e de certa desatenção em relação a uma nova ordem das “coisas”? Será que, ao mantê-la como referência cognitiva *a priori* em exercícios de investigação dirigidos às diversas realidades - que se estendem desde o Rio Grande (fronteira do Texas com o México) até a extremidade sul do Chile - não estaria a própria elucubração científica deixando-se levar de maneira não-reflexiva por um certo hábito mecânico do pensar?

Vale dizer, não estamos navegando em águas inexploradas. Deixe-me lançar mão de dois casos díspares que, apesar de assumirem como ponto de partida investigativo a noção de *América Latina*, não o fazem sem antes apresentar algumas advertências que sugerem certo desconforto em assim fazê-lo. Em *Modern Latin America*, os latino-americanistas Thomas Skidmore e Peter Smith argumentam que, diante de tantas diversidades e contrastes, “compreender a história e sociedade latino-americanas requer uma abordagem ampla e flexível” (SKIDMORE & SMITH, 1984: 7). Mas isso não é suficiente para demovê-los de sua opção epistemológica em favor do uso do termo; afinal de contas, os autores acreditam ser possível identificar “padrões e tendências que ajudam a entender as complexidades e variações no caminho da América Latina até o presente (SKIDMORE & SMITH, 1984: 13).

Antes que nos tentemos a afirmar que tal opção conceitual é típica única e exclusivamente de um olhar “de fora”, marcado seja por pouca familiaridade com as questões e peculiaridades internas ao sub-continente, seja por ímpetos de imperialismo epistemológico (do “Primeiro Mundo”, é claro), deixe-me imediatamente resgatar um clássico do pensamento latino-americano identificado com uma abordagem crítica. Em seu *Formação Econômica da América Latina*, Celso Furtado também revela seu desconforto com a noção ao salientar que “após século e meio de separação de suas antigas metrópoles européias, os países latino-americanos ainda apresentam, individual ou conjuntamente, um perfil não totalmente definido, encontrando-se cada sub-região em fase distinta de um processo de homogeneização cultural, de modernização social e política, e de um desenvolvimento econômico sob muitos aspectos *sui generis*” (FURTADO, 1969: 353). Mas, ainda assim, para o autor, essa indefinição não deve esconder a existência de uma identidade latino-americana que remontaria às suas origens: “Os traços essenciais do que seria a estrutura social dos países latino-americanos têm sua origem na forma mesma que tomou a conquista espanhola e nas instituições que, espanhóis e portugueses, implantaram para criar uma base econômica capaz de consolidar a conquista das novas terras” (FURTADO, 1969: 28).

pensamento tateia errático, ao acaso do jogo das forças sociais internas e externas ao continente” (IANNI, 2005: 13).

Ora, não se trata aqui, em hipótese alguma, de colocar em vala comum pontos de vista e empreendimentos interpretativos tão díspares como esses. O que pretendo salientar é justamente o fato de que, a despeito de partirem de lugares e referências teóricas tão diferentes, e apesar de ambos revelarem-se atentos à diversidade e variedade de cenários que a noção de *América Latina* dispõe-se a cobrir, as obras supracitadas exemplificam de maneira bastante fiel a forte tendência dentro e fora do território científico de se adotar uma tal noção, tanto como um ponto de partida analítico quanto como um ponto de chegada interpretativo. Cabe-nos, uma vez mais, perguntar se um empreendimento interpretativo que se pretende crítico e reflexivo pode e deve satisfazer-se com esse padrão. Não deveria esse empreendimento assumir uma postura de dúvida metodológica (para emprestar uma expressão cara a Anthony Giddens) em relação a essa noção, suspendendo-a como um ponto de partida (isto é, como algo desde pronto dotado de identidade e unidade) e tomando-a apenas como um resultado possível dentre outros (isto é, como um desenrolar contingente do exercício investigativo)?

Devo apresentar os limites e as intenções precisas dessa minha apreciação crítica. Não pretendo realizar aqui uma espécie de arqueologia da noção de *América Latina*, explorando suas origens e diferentes usos no decorrer de sua existência⁶. Também foge às minhas intenções resgatar de maneira exaustiva e sistemática autores-chave do pensamento social latino-americano, averiguando suas nuances e identificando as diferentes linhas interpretativas que os unem e os diferenciam em suas buscas pela compreensão da “realidade latino-americana”⁷.

⁶ Para algo do gênero, ver o excelente estudo de João Feres Jr. (2005). O autor argumenta que “[o]s termos ‘América Latina’ ou ‘*Latin America*’, que hoje freqüentam abundantemente as páginas dos jornais, os discursos dos homens públicos e dos cidadãos comuns, têm uma origem recente e muito peculiar. (...) podemos afirmar que, até que se ofereçam evidências em contrário, ele surgiu na França em meados do século 19” (FERES Jr., 2005: 51-52). O contexto em que surgiu o termo *Amérique Latine* foi o governo de Napoleão III, sob o qual “floresceu a doutrina do panlatinismo, sustentada pela idéia da unidade de todos os povos de raça latina”. Mas Feres Jr. aponta um outro ponto de origem do termo, a saber, a produção intelectual de José Torres de Caicedo, jornalista, poeta, crítico e escritor colombiano. “O primeiro registro do uso do termo encontra-se no poema *Las Dos Américas* de Caicedo, publicado em Veneza, em 1856. Alarmado com o expansionismo territorial dos EUA, (...) Caicedo pregava a formação de uma confederação de repúblicas latino-americanas para resistir a agressão que vinha do norte. A base dessa união seria a herança latina comum dos povos desses países [língua espanhola, catolicismo, republicanismo e rejeição ao sistema escravocrata] (...)” (FERES Jr., 2005: 53-54).

⁷ Ainda assim, pretendo trazer à discussão, em caráter ilustrativo, alguns dos empreendimentos interpretativos de figuras-chave do pensamento social brasileiro que, acredito, são em parte representativos dos esforços de intelectuais latino-americanos em direção à compreensão da realidade da qual acreditam fazer parte. Alguns deles são Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e S. B. Holanda.

Conforme indiquei acima, esse não é um território inexplorado⁸. Diante disso, os objetivos desta intervenção são significativamente menos ambiciosos. Em primeiro lugar, pretendo resgatar algumas das construções a respeito do “Novo Mundo” à época dos primeiros contatos envolvendo europeus a fim de salientar o peso central que o *exotismo* desde há muito teve nas maneiras a partir das quais a América Latina foi e permanece sendo imaginada. Conforme será possível observar, não por acaso tal *exotismo* teve como ponto de apoio seja o ambiente natural, seja os habitantes e formas de vida social nativos das terras então exploradas. Logo em seguida, buscarei mostrar que a ascensão da ciência moderna para o primeiro plano do imaginário moderno não teve por implicação a superação de alguns estigmas a respeito do “Novo Mundo” - que, a princípio, poderiam ser atribuídos à herança pré-moderna dos primeiros exploradores europeus. Será interessante perceber que essa mudança de foco, apesar de ter elevado as “coisas” da América Latina à condição de objeto científico, não representou uma transformação substantiva no seu status ante o “observador civilizado”. O passo seguinte consistirá na consideração de algumas auto-imagens sobre a “América Latina”, isto é, de algumas maneiras através das quais imagens e estigmas sobre o subcontinente foram produzidos a partir “de dentro”. Finalmente, concluirei o artigo explorando uma questão que julgo de fundamental importância no cenário intelectual presente: caberia, ainda hoje, tomar a *América Latina* como variável independente, ou seria mais adequado assumi-la como uma variável dependente, fruto contingente de esforços explicativos e interpretativos da diversa e multifacetada realidade que se desenrola entre o Rio Grande (Texas - México) e o extremo sul do Chile?

Por fim, esclareço que em vez de uma ou mais hipóteses de trabalho, o presente esforço de reflexão crítica será norteado por um conjunto de idéias:

1. Em primeiro lugar, penso que a noção de *América Latina* não designa pura e simplesmente uma experiência (social, histórica, cultural, política e econômica) que lhe seja prévia, isto é, que preceda sua nomeação. Nesse sentido, é concebível que as condições de possibilidade dessa noção encontrem-se menos na “coisa nomeada” do que nos próprios exercícios, procedimentos e formas de nomeação da coisa.

2. Em segundo lugar, em vez de desinteressado e isento de conseqüências, tal processo de nomeação (denominação) tem implicações de poder que se constituem e se fazem sentir em meio à construção e sedimentação de imagens (muitas das quais consideravelmente estereotipadas) atreladas às “coisas” a

⁸ Ver, por exemplo, o excelente conjunto de reflexões presente em Edgardo Lander (2005).

respeito da qual a noção de *América Latina* se refere. Tais implicações de poder são, por certo, marcadas por considerável assimetria.

3. Essas relações assimétricas de poder - espelhadas, produzidas e alimentadas pelos usos e abusos da noção de *América Latina* - acabam por hipostasiar a imagem conforme a qual as “coisas” às quais tal noção refere-se são realizações ou versões imperfeitas da experiência societal observada no suposto “núcleo dinâmico e original da modernidade”.

4. Algumas transformações sociais e debates contemporâneos ajudam a jogar luz sobre a dimensão contingente do processo de nomeação que, a partir da noção de *América Latina*, pretende proporcionar unidade e continuidade a um conjunto de “coisas” que não necessariamente guardam de maneira prévia uma dada identidade entre si.

5. As imagens e construções que buscam dar sentido à noção de *América Latina* não devem ser vistas, em hipótese alguma, como resultantes única e exclusivamente de projeções “de fora”; ao contrário disso, imagens produzidas e projetadas “desde dentro” revelam-se, elas próprias, propulsoras e catalisadoras da sua posição de variável independente”, supostamente responsável por explicar a pretensa peculiaridade societal à qual se refere.

6. Por fim, em vez de assumida como fato consumado e, a partir daí, tomada como variável independente capaz de explicar eventos e manifestações sociais observados no(s) universo(s) aos quais se vê aplicada, a noção de *América Latina* somente pode ser adotada de maneira provisória e pontual; ou seja, a categoria *América Latina* deve ser vista apenas e simplesmente como uma variável dependente, resultante de pesquisas restritas a certos conjuntos de fenômenos cujos comportamentos revelam-se merecedores de tal designação.

Em última instância, uma discussão articulada dessas seis idéias orientadoras parece-me abrir a possibilidade de realização de uma crítica ao binômio *centro - periferia*, sobre a qual se sustenta a imagem segundo a qual a experiência social latino-americana (e a identidade que lhe seria correspondente) é marcada por uma irreduzível singularidade.

II. *América*, um “Novo Mundo”: entre imagens e estigmas

Ao discutir as diferenças entre sociedades modernas e aquelas em processo de modernização no tocante à relação entre, de um lado, a cultura da sociedade e, de outro, suas instituições da política, Samuel P. Huntington argumenta que, nas sociedades em modernização, “a ausência de confiança na cultura da sociedade acarreta obstáculos formidáveis à criação de instituições públicas. As sociedades carentes de governos estáveis e eficientes são também carentes de confiança

mútua entre seus cidadãos, de lealdade nacional e pública, e de habilidade e capacidade de organização” (HUNTINGTON, 1975: 40-41). Ainda conforme o autor, diferentemente das “sociedades politicamente adiantadas”, em que a lealdade dos indivíduos “fica subordinada e incluída na lealdade ao estado” (p. 42), nas sociedades em modernização, o predomínio da desconfiança “limita as lealdades individuais aos grupos íntimos e familiares” (p. 42). Para os propósitos da presente reflexão crítica a respeito da noção de “América Latina”, interessa-me especificamente salientar a seguinte observação de Huntington: “Essas características encontram-se em muitas culturas, mas talvez sejam mais patentes no mundo árabe e na América Latina” (HUNTINGTON, 1975: 41). Vale dizer, os contextos a partir dos quais a “América Latina” e o “mundo árabe” são tomados como realizações sociais incompletas são os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética⁹; a despeito de suas peculiaridades históricas, os três países, segundo Huntington, “têm instituições políticas fortes, adaptáveis e coesas: burocracias eficientes, partidos políticos bem organizados, um grau elevado de participação popular nos assuntos públicos, sistemas viáveis de controle civil sobre os militares, extensa atividade do governo na economia e procedimentos razoavelmente eficazes para regular a sucessão e controlar o conflito político” (p. 13). A esses aspectos achar-se-ia conectado um padrão de lealdade entre os cidadãos e seus governos, razão pela qual o aparato público tem “capacidade de decretar impostos e inovar e executar medidas” (HUNTINGTON, 1975: 13). Nessa perspectiva, essas qualidades justificam adotá-los como padrão de medida para se avaliar a extensão e profundidade das realizações dos contextos latino-americano, árabe e de outras sociedades em processo de modernização.

Não deixa de ser interessante, além de bastante sintomático, os laços de similaridade e parentesco sugeridos por Huntington especificamente quanto às configurações sociais da América Latina e do “mundo árabe”. Note-se que em ambos os casos, são apontados vários aspectos que os projetam como realizações incompletas da experiência societal moderna. Não por acaso, essas observações remetem-me ao já clássico estudo de Edward W. Said (1979) a respeito do *Orientalismo*. Como bem sabemos, naquele estudo, Said avança o argumento

⁹ Vale notar que nesse estudo em particular, assume-se de início a existência de uma espécie de “núcleo duro da modernidade” (aqui representado de maneira exemplar pelos EUA, Grã-Bretanha e URSS) em relação ao qual outras experiências sociais são mensuradas. A desintegração política da União Soviética a partir do final dos anos 1980, dentre outras razões em consequência da própria insatisfação popular em relação ao padrão de relação Estado - cidadãos, contribuem para meu ceticismo em relação a tais práticas de nomeação e atribuição de continuidades epistemológicas em meio a diferenças e descontinuidades tão notáveis. Essas diferenças e descontinuidades são facilmente observáveis não só entre os casos tomados como exemplares daquele suposto “núcleo da modernidade” como também internamente a cada um deles.

segundo o qual o “*Oriente*” é receptáculo de um conjunto de imagens e atribuições de sentido por um determinado “estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre ‘o Oriente’ e (na maior parte do tempo) ‘o Ocidente’ ” (p. 2). Assim sendo, o *Orientalismo* revela-se “uma modalidade de discurso com suporte de instituições, vocabulário, saber acadêmico, imaginário, doutrinas”, dentre outros. No entanto, este “Ocidente não é um fato inerte da natureza. Ele não está meramente *lá* (...). (...) tal qual o próprio Oeste, o Oriente é uma idéia que tem uma história e uma tradição de pensamento, imaginário e vocabulário que deu a ele realidade e presença no e para o Oeste” (p. 4-5). O aspecto que me parece merecer maior ênfase na análise de Said é a idéia conforme a qual pode-se vislumbrar o *Orientalismo* como “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (p. 3) Ora, no interior desse discurso, “o Oriente não foi (e não é) um sujeito livre de pensamento ou ação” (p.3). Em se tratando de um discurso fomentado e controlado pelo Ocidente, há que se levar em consideração que a própria “relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia” (p. 5-6). Justamente por isso, Said entende que “o Orientalismo é mais particularmente valioso como um sinal do poder atlântico-europeu sobre o Oriente do que como um discurso verídico sobre o Oriente” (p. 6). Compreende-se, então, o porquê de ao nomear o *Oriente* das maneiras como o fez e o faz (vale dizer, invariavelmente de forma atrasada e inferior), o *Ocidente* busca não só reafirmar seu domínio - cultural, simbólico, político, econômico e, claro, *epistemológico* - sobre aquela região do globo como também reafirmar sua própria auto-identidade (construída, em boa medida, em oposição à própria imagem que ele mesmo constrói do *Oriente*).

Ora, Nietzsche já teve oportunidade de advertir que “aquilo que as coisas são chamadas é incomparavelmente mais importante do que aquilo que elas são” (1974: 121)¹⁰. Se assim for, a meu ver, não há porque, de pronto, descartar que algo similar ao que se deu com o “mundo árabe” possa ter ocorrido (e, de alguma maneira, permaneça atuante) em relação à América Latina. Novamente, a relação de parentesco sugerida por Samuel Huntington entre o “mundo árabe” e a “América Latina” é, nesse exato sentido, bastante sintomática: apesar de não tão antigos e imemoriáveis como aqueles observados entre a Europa e o “mundo

¹⁰ Nietzsche (1974) acrescenta que “[a] reputação, nome, e aparência, a medida usual e o peso de uma coisa, aquilo para qual ela conta - originalmente quase sempre erradas ou arbitrarias, jogadas sobre as coisas como uma vestimenta e totalmente estranhas à sua natureza e mesmo à sua pele - tudo isso cresce de geração em geração, meramente porque as pessoas acreditam nisso, até que isso gradualmente cresce para fazer parte da coisa e se torna seu próprio corpo. O que a princípio era aparência torna-se no final, quase invariavelmente, a essência, algo efetivo enquanto tal” (pág. 121-122).

árabe”, os contatos e intercâmbios - econômicos, políticos, culturais, simbólicos, dentre outros - entre o “Velho Mundo” e o “Novo Mundo” remontam já mais de cinco séculos. No entanto, tal qual observado no primeiro caso, os contatos entre a Europa e a região que a partir de um certo momento passaria a ser *designada* pelo termo “*América Latina*”, foram e permanecem sendo pautadas por relações de poder consideravelmente assimétricas.

Por certo, não se quer argumentar que tal assimetria de poder tenha implicado única e exclusivamente na construção, projeção e disseminação de imagens pejorativas e negativas, por assim dizer, a respeito do continente “descoberto” pelos europeus. Ao contrário disso, há que se reconhecer que, tal qual no caso do “mundo árabe”, a relação entre o “Velho” e o “Novo” mundos foi e tem sido marcada por um alto grau de encantamento e apreciação (inclusive, mas não somente, estética). Mas também me parece sintomático o fato de que em ambos os casos as imagens construídas, projetadas e disseminadas a respeito da América e do “mundo árabe” foram e continuam a ser fortemente definidas e caracterizadas pelo *exotismo*. Bem sabemos que, particularmente em relação ao “Novo Mundo”, é patente o lugar de destaque que o *mundo natural* desde sempre ocupou nas atribuições de significado a ele dirigidas. Mais interessante ainda é o fato de que, intimamente ligada à imagem de riqueza, exuberância e pureza naturais, encontramos a elaboração, projeção e popularização de imagens que indicam e reforçam a aparência de imaturidade moral, política, intelectual e cultural, seja dos habitantes nativos (“naturais”) do *Novo Mundo*, seja dos colonos que lá deitaram suas raízes e passaram a interagir de maneira intensa tanto com aquele ambiente natural quanto com suas populações autóctones. No meu entendimento, essa não é uma ligação casual. Suas implicações são determinantes não só para inúmeros estereótipos projetados “desde fora” sobre as experiências sociais americanas como também para as próprias auto-imagens e auto-identidades que se forjaram “desde dentro”.

Mas, antes de desenvolver esse aspecto de meu argumento, cabe salientar o quão fundamental mostrou ser o mundo natural para a percepção europeia do “Novo Mundo” desde os tempos dos primeiros encontros. A esse respeito, o clássico *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (2002), é bastante revelador: havia já, segundo o autor, uma predisposição dos exploradores europeus para encontrar o paraíso terreal no continente que viria a ser denominado *América*, antes mesmo dos navegadores aportarem nas costas do “Novo Mundo”. Essenciais para essa predisposição foram as inúmeras imagens construídas na Idade Média (por teólogos, historiadores, poetas, viajantes, geógrafos e cartógrafos) com base nas escrituras sagradas, que indicavam aos exploradores quais sinais deveriam ser buscados e decodificados em sua perseguição ao Éden terreno. Nesse exato sentido, parece-

me que o trabalho de S. B. Holanda sugere que o terreno epistemológico no interior do qual a “América” foi codificada nos primeiros momentos da exploração europeia já estava significativamente bem sedimentado antes mesmo de sua chegada ao “Novo continente”¹¹. A bem da verdade, a deslumbrante natureza americana teve papel fundamental nessa construção cognitiva do “Novo Mundo”: “Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas, repartindo-as por estações e só beneficiando os previdentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade - sinal de imperfeição - de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro” (HOLANDA, 2002: X).

Através de uma criativa consideração e análise das cartas e diários de Cristóvão Colombo, Tzvetan Todorov (1999) confirma a tese de Buarque de Holanda ao nos revelar o deslumbre que entrecortava as diversas descrições do explorador genovês em suas primeiras investidas no “Novo Mundo”. O tom de admiração em relação à variedade, riqueza, diversidade e exuberância do mundo natural do novo continente, que aos poucos se descortinava aos olhos - certamente já preparados para tamanha novidade e estupefação - é notório¹². O diário acusa, em 11 de outubro de 1492, que “[a]o desembarcar viram árvores muito verdes, muitas águas e frutas de várias espécies” (COLOMBO, 1991: 44). Quatro dias depois, o Almirante registrará que “[a]qui os peixes são tão maiores do que os nossos que é uma verdadeira maravilha” (COLOMBO, 1991: 50). Afirmará ainda que “[h]á alguns que, tal qual botes, são ornados com as cores mais brilhantes do mundo” (in TODOROV, 1999). Nesse mesmo dia, declarará ter visto “muitas árvores bastante diferentes das nossas, muitas das quais possuem galhos de diferentes tipos (...). Quão grande é a diversidade de um tipo em relação a outro!” (in TODOROV, 1999). E, 19 de novembro, Colombo admirar-se-ia com o fato de que do lugar por onde passava, repleto de árvores “bem verdes e muito grandes (...) veio um cheiro tão bom e tão suave das flores e árvores, que era a coisa mais doce do mundo” (COLOMBO, 1991: 52). No dia 21 de outubro do mesmo ano, nosso explorador genovês dirá que “[o] canto dos pássaros dá vontade de nunca mais ir embora, e os bandos de papagaios chegam a escurecer o sol; e há tantas espécies de aves e passarinhos, e tão diferentes dos nossos, que deslumbra a vista” (COLOMBO, 1991: 53). Afirmará

¹¹ Afirma S. B. de Holanda a respeito dos navegantes europeus que aportavam nas terras próximas à linha equinocial: “Presos como se achavam aqueles homens, em sua generalidade, a concepções nitidamente medievais, pode supor-se que, em face das terras recém-descobertas, cuidassem reconhecer, com os próprios olhos, o que em sua memória se estampara das paisagens de sonhos descritas em tantos livros (...)”. (HOLANDA, 2002: 176)

¹² Ver Cristóvão Colombo (1991).

ainda que “[e]xistem também árvores de milhares tipos, todas com frutos diferentes e todos com tanta fragrância que é uma maravilha (...) e eu estou certo de que todos são de grande valor” (in TODOROV, 1999). Em meados de dezembro de 1492, Colombo salientará que “estas terras são tão boas e férteis (...) que não há ninguém capaz de exprimir em palavras e que só pode acreditar quem já viu” (COLOMBO, 1991: 73). Afinal de contas, “[a]s árvores aqui eram tão luxuriantes que suas folhas deixavam de ser verdes para tornarem-se pretas em razão de sua força verdejante” (in TODOROV, 1999). Passando por um dos rios daquele lugar inexplorado, o Almirante afirma nunca ter visto “coisa mais bonita: cheio de árvores, cobrindo as margens de ponta a ponta, lindas e verdes, com flores e com seus frutos. Muitas árvores e passarinhos, a cantar com a maior doçura” (28 de outubro de 1492). Em novembro de 1494, chegará à conclusão de que “[é] certo que a beleza dessas ilhas, com suas montanhas e serras, seus vales aguados com abundantes rios, é tal para ser observado que nenhuma outra terra sob o sol pode parecer mais bela, nem mais magnificente”. Ora, como revela Todorov, em uma carta aos soberanos espanhóis, de 31 de agosto de 1498, as lentes através das quais Colombo interpreta o novo continente revelam-se de maneira lacônica: “Eu acredito que o Paraíso terreal é aqui”.

Mas naquele que, para Todorov, foi “o mais espantoso encontro de nossa história”, ou ainda “[o] encontro que jamais atingirá uma tal intensidade” (TODOROV, 1999: 4-5)¹³, há dois aspectos que não podem passar despercebidos. Primeiramente, tal encontro foi desde o início definido por um processo de assenhoreamento (ou apoderamento). Nesse exato sentido, vale notar que Colombo revela-se “profundamente preocupado com a escolha de nomes para o mundo virgem ante seus olhos” (TODOROV, 1999: 26-27). Ele “sabe perfeitamente bem que essas ilhas já têm nomes”. Todorov mostra que, em uma carta a Santangel (início de 1493), Colombo afirma: “Os índios chamam essa ilha de Guanahani. Eu nomei a segunda ilha de *Santa Maria de Concepción*, a terceira de *Ferdinanda*, a quarta *Isabella*, a quinta *Juana*”. Ora, como bem nota o autor, “nomear é equivalente a tomar posse”; e assim ele o faz: “chamou os dois comandantes e demais acompanhantes, e Rodrigo de Escovedo, escrivão de toda a armada, e Rodrigo Sánchez de Segovia, e pediu que lhe dessem por fé e testemunho como ele, diante de todos, tomava, como de fato tomou, posse da dita ilha em nome de

¹³ Vale salientar que na opinião de Todorov, “a descoberta da América é essencial para nós hoje não somente porque é um encontro extremo e exemplar. Ao lado desse valor paradigmático, ele possui um outro (...). A história do globo é obviamente feita de conquistas e derrotas, de colonizações e descobertas de outros; mas (...) *é de fato a conquista da América que anuncia e estabelece nossa identidade presente (...)*” (TODOROV, 1999: 5. Grifo meu).

El-Rei e da Rainha, seus soberanos” (11 de outubro de 1492. COLOMBO, 1991: 44)¹⁴. As intenções últimas não tardam a ser sugeridas: apesar de confessar não saber exprimir a dimensão dos benefícios, Colombo garante aos soberanos espanhóis que “onde existem tais terras devem existir infinidades de coisas proveitosas” (COLOMBO, 1991: 66).

Um segundo aspecto não pode deixar de ser devidamente notado: atrelado (e não simplesmente paralelamente) ao encanto demonstrado nas descrições dos primeiros exploradores europeus em relação à natureza do “Novo” continente aparecem relatos que sugerem uma apreciação um tanto quanto peculiar dos habitantes locais. Há, por certo, também um tom de admiração e simpatia ante a aparente inocência daqueles homens e mulheres que “[a]ndavam nus como a mãe lhes deu à luz”. Nessa exata direção, Colombo salienta a beleza de suas formas: “muito bem-feitos, de corpos muito bonitos e cara muito boa”; “todos, sem exceção, são de boa estatura” (11 de outubro de 1492. COLOMBO, 1991: 45); dois dias depois, lhe chamaria atenção o fato de que “todos, sem exceção, têm pernas bem torneadas, e nenhum tem barriga”. Mas deve-se também notar que, sintomaticamente, esse sentimento de simpatia faz-se acompanhar da imagem de uma suposta imaturidade cultural, política e intelectual daquelas “gentes nuas”: o Almirante afirma que “[e]ssas pessoas são muito gentis e amedrontadas”; diz ainda que “Não me consta que professem alguma religião e acho que bem depressa se converteriam em cristãos” (16 de outubro de 1492. COLOMBO, 1991: 50). E mais: “não andam com armas, que nem conhecem, pois lhes mostrei espadas, que pegaram pelo fio e se cortaram *por ignorância*” (COLOMBO, 1991: 45. Grifo meu). Portanto, àquelas primeiras impressões quanto relação à beleza de suas formas físicas achavam-se atreladas a imagem de uma certa virgindade de caráter e de cultura: “Estes índios são dóceis e bons para receber ordens e fazê-los trabalhar, semear e tudo o mais” (COLOMBO, 1991: 73-74).

Não é de se estranhar que, pouco tempo depois, essas mesmas pessoas são objeto de descrições depreciativas, justamente em razão de seus atributos “primitivos” (fossem eles culturais, intelectuais, políticos, econômicos, ou até de caráter). Nessa direção, Colombo salienta serem alguns nativos com os quais se depara “selvagens inimigos e cheios de crueldade” (7 de julho de 1503). Sua pronta aceitação a tudo o que os europeus lhes ofereciam para trocar era, no entendimento de Colombo, sinal de bestialidade: “tudo o que possuem, trocam por

¹⁴ Pouco mais de um mês depois, em 15 de outubro, o diário da primeira viagem revelará o sentimento de Colombo: “a minha vontade era a de não passar por nenhuma ilha sem tomar posse”. Um mês depois, o diário indicará o comportamento padrão do Almirante a cada nova exploração: “Como em tudo quanto é lugar, ilhas e terras por onde passa sempre deixa fincada uma cruz (...)” (COLOMBO, 1991: 62).

qualquer coisa que se lhes dê, e pegavam até os cacos de gamelas e das taças quebradas” (COLOMBO, 1991: 46). Daí, para o explorador genovês, a justificativa de lhes dirigir pesadas punições caso se descobrisse que esses mesmos “selvagens” tivessem se envolvido em roubos ou outras atividades do mesmo gênero: “você deve puni-los cortando seus narizes e orelhas” (9 de abril de 1494). A bem da verdade, desde muito cedo Colombo revelou suas intenções de se apoderar não só das coisas do “Novo Mundo”, mas também de suas gentes: “Devem ser bons serviçais e habilidosos, pois noto que repetem logo o que a gente diz” (11 de outubro de 1492. COLOMBO, 1991: 45). Na opinião do Almirante tal tarefa não se mostraria tão laboriosa uma vez que “essa gente é muito simples em matéria de armas (...); bastam cinqüenta homens para subjugar todos e manda-los fazer tudo o que se quiser” (COLOMBO, 1991: 47). Também como se pode imaginar, o Almirante tem em vista a conversão daquela gente lhe pareceu não ter nenhuma religião: “percebi que eram pessoas que melhor se entregariam e converteriam à nossa fé” (COLOMBO, 1991: 44).

Aqueles que viriam depois dos primeiros exploradores tiveram uma percepção não tão diferente a respeito dos “naturais da terra”: segundo Sergio Buarque de Holanda, “[p]ode-se seguramente afirmar, à vista dos documentos disponíveis, que ninguém, e o missionário talvez ainda menos do que o colono, se inclinasse de algum modo a nobilizá-los” (HOLANDA, 2002: 309). Nesse sentido, para o Irmão Mateus Nogueira, um interlocutor do *Diálogo sobre a conversão do gentio* de Padre Nóbrega, os índios “são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem” (p. 309). Na mesma linha, Padre Anchieta, em carta de 1563, argumenta que “para este gênero de gentes não há melhor pregação do que espada e vara de ferro” (HOLANDA, 2002: 313).

Portanto, fortemente atrelada à visão fantástica e espetacular da natureza do “Novo Mundo” encontra-se uma imagem de imaturidade cultural, psicológica, moral e política de seus habitantes nativos (isto é, dos “naturais” da terra). Isso ensejou apreciações dúbias a respeito de seu caráter: ora avaliado positivamente (inocência, ausência de malícia, generosidade extrema), ora de maneira profundamente negativa (brutalidade, ignorância, ardileza). Sem sombra de dúvidas, em ambos os casos, ficava plenamente justificada a necessidade de sujeição dos nativos americanos pelos “civilizadores”¹⁵. Aliás, esse deveria também ser o destino daquela exuberante e dádiosa natureza.

¹⁵ A respeito dos nativos, em sua primeira viagem de exploração ao “Novo Mundo”, Colombo relatara o seguinte aos soberanos: “levarei daqui, por ocasião de minha partida, seis deles para Vossas Majestades, para que aprendam a falar”. Na segunda viagem, em referência a uma comunidade de nativos supostamente canibais, Colombo declara ser aquela “gente tão feroz (...) que, libertos dessa desumanidade, acreditamos que se

III. Olhares científicos sobre a América do Sul: “*new bottles, old wine?*”

Poder-se-ia argumentar que tamanha soberba e presunção decorressem da visão pré-moderna que informava Colombo e os primeiros exploradores europeus em solo americano. Afinal, como bem define Todorov, tendo sido a “mentalidade medieval de Colombo que o leva a descobrir a América e [paradoxalmente] a inaugurar a era moderna” (TODOROV, 1999: 12), seus motivos (amealhar recursos para a conquista de Jerusalém, dar início à vitória universal do Cristianismo, dentre outras metas tão messiânicas quanto) e seu referencial simbólico não poderiam tê-lo conduzido em outra direção e muito menos feito com que assumisse uma outra postura em relação à natureza do “Novo Mundo” e aos “naturais da terra”. Contudo, como revela Mary Pratt (1999), quando a ciência natural passou a ser a fonte simbólica e cognitiva por excelência de um novo tipo de personagem europeu a explorar as riquezas naturais da América a partir do século XVIII, soberba e presunção em relação às coisas e às gentes do “Novo Mundo” permaneceram bastante atuantes.

Fundamental para esse novo modo de olhar a América foram, segundo Mary Pratt, “dois eventos de certa forma inéditos e profundamente europeus” na década de 1730: em primeiro lugar, a publicação de *Systema Naturae*, do naturalista sueco Carl Linné, que buscava “categorizar todas as formas vegetais do planeta, fossem elas conhecidas ou desconhecidas dos europeus” (PRATT, 1999: 41-2); e, em segundo lugar, a realização de uma expedição científica internacional promovida por europeus que visava determinar a forma exata do planeta Terra. No âmbito desse segundo evento, um grupo de cientistas e geógrafos sob a liderança do matemático Louis Godin tomou o rumo da América do Sul. Conhecida como *Expedição La Condamine* - em homenagem ao geógrafo Charles de la Condamine, um de seus poucos sobreviventes -, a exploração marcou a re-entrada de europeus na América hispânica após mais de dois séculos de proibição severa pela corte espanhola (temerosa pela segurança das riquezas de suas colônias). Na verdade, a *La Condamine* mostrou-se absolutamente desastrosa em seus objetivos precípuos¹⁶. Mas em um aspecto a expedição revelou-se um enorme sucesso: “As histórias e textos que ela provocou, circularam por toda a Europa por décadas, em circuitos

mostrarão superiores a quaisquer outros servos, desumanidade que logo perderão quando estiverem longe de sua terra” (COLOMBO, 1991: 123).

¹⁶ Apenas para exemplificar o que ocorreu em um dos trechos da expedição e para confirmar a imagem de rusticidade da América pelos europeus: “[o]s rigores do clima andino e a viagem por terra provocaram enfermidades continuadas, instrumentos danificados, perda de espécimes, cadernos de anotações molhados (...). No final, o grupo francês se desintegrou totalmente, cabendo a cada um encontrar sua própria maneira de voltar para casa ou então, permanecer abandonado na América do Sul” (PRATT, 1999: 45).

escritos e orais” (PRATT, 1999: 47). Qual terá sido o tom dessas narrativas? Em *Breve narrativa das viagens através do interior na América do Sul*, publicado pelo próprio La Condamine em 1745, relatos sobre os sofrimentos e perigos enfrentados pelo autor são devidamente acompanhados por descrições de belezas e encantos naturais: o autor afirma ser a América um “novo mundo, longe de todo comércio humano, sobre um mar de água fresca... Lá me encontrei com *novas plantas, novos animais, novos homens*” (in PRATT, 1999: 48-9. Grifo meu). Apesar de seu insucesso científico, *La Condamine* acabou por abrir caminho para inúmeras expedições de caráter científico na segunda metade do século XVIII.

É justamente aqui que o primeiro dos eventos acima mencionado tem importância central às novas imagens projetadas na Europa a respeito da América. Como bem observa Mary Pratt, o *Sistema Naturae*, de Carl Linné, inaugura, simboliza e ajuda a alavancar uma nova postura que terá consequências importantes para o “Novo Mundo”: “A coleta de espécimes, a construção de coleções, o batismo de novas espécies, a identificação de outras já conhecidas, tornaram-se temas tópicos nas viagens e nos livros de viagem. (...) se firmou o projeto classificatório global (...). De um ângulo particular, o que se conta é a história dos europeus sob o processo de urbanização e industrialização, à procura de relações não exploradas com a natureza, mesmo que tais relações estivessem sendo destruídas por eles em seus próprios centros de poder” (PRATT, 1999: 59). Claramente, a implicação disso é a reafirmação de “padrões europeus de unidade global e ordem”, *via* história natural, com referência aos quais o continente americano (e suas coisas e gentes) passava(m) a ser pensado(s), construído(s) e imaginado(s). Não é de se surpreender que, em 1758, o próprio *homo sapiens* havia sido objeto desse esforço classificatório. Eram cinco as principais categorias: a) o *homem selvagem*; b) o *homem americano*; c) o *europeu*; d) o *asiático*; e) o *africano*. Ao passo que o *europeu* é descrito como “claro, sangüíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; *delicado, perspicaz, inventivo*. Coberto por vestes justas. *Governado por leis*”, o *homem americano* é assim apresentado: “Cor de cobre, *colérico*, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; *semblante rude*; barba rala; obstinado, *alegre, livre*. Pinta-se com finas linhas vermelhas. *Guia-se por costumes*” (PRATT, 1999: 68. Grifos meus)¹⁷. Não estamos novamente diante daquela velha tríade *natureza exótica e rica & povos*

¹⁷ A descrição do *africano*, que certamente é sintomática do tipo de tratamento que os afro-descendentes teriam em solo americano pelos colonizadores, é a seguinte: “Negro, *fleumático, relaxado*. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. *Governado pelo capricho*” (PRATT, 1999: 68). Grifos meus.

nativos incivilizados & dominação (política, cultural, epistemológica, econômica), ainda que agora sob a roupagem da “verdade científica”?¹⁸

Esse primeiro impulso não permaneceria totalmente intacto. O olhar romântico de Alexander von Humboldt tratou de utilizar a natureza em sua “reinvenção da América”, como quer Mary Pratt, de uma maneira diferente. Segundo a autora, a natureza americana como objeto de classificação e coleta deu lugar a um mundo natural dramático, extraordinário e espetacular. Mas o interessante disso é a ausência de qualquer sinal de abandono daquela tonalidade exótica antes observada na postura dos primeiros exploradores europeus. Eis como von Humboldt refere-se à América do Sul em seu *Imagens da Natureza* (1808): “Em nenhum outro lugar ela (a Natureza) nos impressiona mais profundamente com uma sensação de sua grandeza, em nenhum outro lugar ela nos fala mais enfaticamente” (In PRATT, 1999: 218). Como nota a autora, foram três os principais ícones que serviram de suporte à construção americana em *Imagens da Natureza*: montanhas de picos nevados, vastas planícies interiores e, finalmente, florestas tropicais superabundantes. Tal qual Colombo, que em carta de 14 de março de 1493 chamava atenção para a “diversidade de cenários”, “grande variedade de árvores de imensa altura”, e grande “variedade de pássaros, diferentes tipos de mel e muitas espécies de metal”, também von Humboldt reinventou a América do Sul a partir da imagem da exuberância de sua “natureza primal”.

O leitor inquieto tem razão em sentir-se insatisfeito com a ênfase, até aqui assumida, na projeção de imagens “desde fora” a respeito do continente americano. Mas o que justamente não se pode perder de vista é que “[a] convenção do relato de viagem e de exploração (produção e recepção) constituem o sujeito europeu como fonte auto-suficiente e ‘monádica’ de conhecimento” (PRATT, 1999: 234-35). Nesse exato sentido, Mary Pratt observa que, nos relatos de Humboldt, os americanos são representados como figuras disponíveis ao processo de exploração do continente pelos colonizadores - “a quintessência da relação colonial”¹⁹. Essa postura, aliada à tendência de se “arqueologizar” o presente da

¹⁸ Ora, como observa Mary Pratt, “[a] sistematização da natureza coincide com o apogeu do tráfico de escravos, o sistema de *plantations*, o genocídio colonial na América do Norte e na África do Sul, as rebeliões de escravos nos Andes, Caribe, América do Norte e noutras partes” (PRATT, 1999: 74).

¹⁹ Em uma passagem de seu *Narrativa Pessoal* (1814-1825), Alexander von Humboldt relata que “Os fazendeiros, com a *ajuda de seus escravos*, abriram uma trilha entre as árvores até a primeira cascata do rio Juagua ... Quando o vão era estreito **a ponto** de não podermos encontrar lugar para nossos pés, entrávamos na torrente, a atravessávamos a vau ou *sobre os ombros de um escravo* ... *Os índios fizeram incisões com largas achas nos troncos das árvores* e chamaram nossa atenção para aquelas lindas madeiras vermelhas e amarelo-ouro que um dia serão procuradas por nossos torneiros e marceneiros” (in PRATT,

América, contribuiu para que os habitantes conquistados deixassem de ser vislumbrados como “agentes históricos que mantêm continuidades vivas com o passado pré-europeu, aspirações fundamentadas historicamente e reivindicações sobre o presente” (PRATT, 1999: 232-33). Ou seja, o olhar “de dentro” é obscurecido ao mesmo tempo em que a narrativa “interna” é silenciada ou simplesmente desconsiderada uma vez que tida como imatura e não merecedora de atenção.

A partir de meados do século XIX, a porção do continente hoje identificada como sendo a *América Latina* começaria, gradativamente, a migrar para a nova zona de influência de uma ex-colônia europeia, os Estados Unidos da América. Esse passado colonial comum não tão longínquo, no entanto, em nada contribuiu para modificar o padrão assimétrico de construção de imagens a respeito da América do Sul e de sua população. A reputação positiva que os EUA ganhavam na Europa (vide a admiração dos revolucionários franceses pelos eventos de 1776, que marcaram a independência da então jovem nação americana) não foi em hipótese alguma estendida aos demais países do continente. Aliás, num primeiro momento, esse ponto de inflexão na invenção da América Latina confundiu-se com o próprio processo de expansão do território norte-americano, que envolveu a anexação de largas extensões de terras pertencentes ao México. Em seguida, tal impulso expansionista estendeu-se em direção ao Caribe e América Central. Não resta a menor dúvida de que, em ambos os casos, a mudança de hegemonia fez-se acompanhar de imagens e discursos nada dignificantes sobre as populações locais. Conforme revela Feres Jr. (2005), em 1849, George Squier, então representante dos Estados Unidos para a América Central, propôs a seguinte comparação entre seu país e aqueles da América Central: “Comparados às repúblicas da *Spanish America*, os Estados Unidos consolid[aram] um avanço incomensurável em todos os elementos de grandeza. Esse resultado é uma conseqüência eminente da recusa por parte da raça teutônica de poluir de sangue, turvar seu intelecto, rebaixar seus padrões morais e pôr em perigo suas instituições pela mistura com *raças humanas inferiores e subordinadas*. Em obediência aos céus, [a raça teutônica] já salvou metade do continente do *domínio das feras selvagens* e de *homens ainda mais selvagens* (...). Somente através de um sistema judicioso de colonização, que deve assegurar a predominância do sangue branco, ao mesmo tempo que introduz inteligência, indústria e habilidade, é que [a América Central] pode ter esperança de alcançar paz, prosperidade e grandeza” (in FERES Jr., 2005: 68. Grifos meus).

Muito embora a declaração de George Squier não indicasse nenhuma referência especial à supostamente peculiar e exuberante natureza do

1999: 226. Grifos meus). Para evitar mal-entendidos, vale salientar que Humboldt era pronunciadamente contrário à escravidão.

subcontinente, a América Latina não conseguia escapar ao rótulo de “excepcionalidade”: seus habitantes permaneciam vistos como seres exóticos e diferentes das sociedades européias e de suas herdeiras mais proeminentes. A composição de seu “sangue” (sua raça), tanto quanto suas culturas, seus padrões morais, seu intelecto inferior, suas impurezas, dentre outros exotismos pouco apreciáveis, conforme salienta o representante dos EUA para a América Central, os colocavam (e, para ele, deveriam assim permanecer) necessariamente em posição subordinada em relação à “raça teutônica” e a seus hábitos e cultura “industriosos, hábeis, inteligentes e prósperos”. Haveria, pois, um abismo intransponível entre as duas Américas: a *Spanish* e a *Anglo-Saxon*. Ou seja, aquela relação de alteridade marcada por profunda assimetria, que desde os tempos do “descobrimento do Novo Mundo” havia colocado a América e a Europa em dois mundos distintos, foi transplantado *in toto* para dentro do continente americano, demarcando novas fronteiras intransponíveis entre suas partes norte e sul. Daí o receio pelas próprias elites norte-americanas em torno da anexação daquelas amplas porções de território mexicano pelos EUA. A esse respeito, como mostra Feres Jr., assim declarou um senador da Carolina do Sul: “Nunca sonhamos incorporar à nossa União qualquer raça senão a caucasiana - a raça branca livre. Incorporar o México seria algo como incorporar uma *raça de índios*, pois metade dos mexicanos são índios e o resto é composto de *tribos mestiças*. (...) As maiores desgraças de *Spanish America* advêm do erro fatal de terem colocado essas raças escuras em pé de igualdade com a raça branca” (in FERES Jr., 2005: 63-64. Grifos meus).

Como bem sabemos, no início do século XX, a influência dos EUA na *América Latina* atingiu níveis sem precedentes. Simbólico desse novo momento de inflexão foi o Corolário à Doutrina Monroe proposto pelo Presidente Theodor Roosevelt, segundo o qual apenas os Estados Unidos poderiam intervir em um país latino-americano caso esse faltasse com suas obrigações econômicas internacionais a fim de impor as reformas julgadas necessárias. Fato é que inúmeras intervenções ocorreriam a partir de então: Panamá (1917, 1918 e 1925), Haiti (ocupado entre 1915 a 1934), República Dominicana (ocupada entre 1916 e 1924), Nicarágua (1912 a 1925), dentre outros eventos. O período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial marcou a extensão definitiva dessa hegemonia em direção à América do Sul (CARDOSO e FALETTO, 1979).

Para os propósitos deste artigo, o que é mais significativo salientar é que a consolidação do domínio norte-americano sobre a região conhecida como *América Latina* fez-se acompanhar de um novo momento da construção e projeção de imagens científicas a seu respeito. Fundamental para essa nova fase foi o estabelecimento de grupos de estudo, programas acadêmicos, acervos e centros de pesquisa orientados exclusivamente para a produção de conhecimentos a respeito

da *América Latina*. Nesse sentido, Feres Jr. revela que “[e]m 1959, o American Council of Learned Societies e o Social Science Research Council criaram o Committee on Latin American Studies, que objetivava expressamente planejar futuros desenvolvimentos acadêmicos, oferecer bolsas para pesquisa sobre *Latin America* e melhorar a comunicação entre os interessados no assunto” (FERES Jr., 2005: 88)²⁰.

A essa altura, a problemática do *desenvolvimento* passou a ocupar lugar de destaque nos debates sobre a região, na maior parte dos casos em decorrência dos desejos das próprias populações e elites locais de superarem suas dificuldades internas. Essa nova ênfase não deve ser vista como ausente de relevância no processo de construção simbólico e cognitivo da *América Latina*. Na verdade, o *desenvolvimento* tornou a se revelar uma questão significativamente cara à região isso se deve ao fato da América Latina ter permanecido, ao longo do século XX, o foco e receptáculo da imagem de “o Outro” das culturas, povos e realizações europeus (e de seus herdeiros mais prósperos). Tal imagem, fabricada e disseminada mesmo após a América Latina ter experimentado profundos e extensos processos de modernização, implicava em atribuir às sociedades da região o rótulo de caso exemplar de subdesenvolvimento, tradicionalismo, pré-modernidade, imaturidade política, descompasso econômico, dentre outros. Todos esses atributos - vale dizer, “cientificamente” sustentados por aqueles que se dedicavam aos estudos da região - reforçavam a velha noção de que a América Latina e seus habitantes (e, obviamente, seus padrões de organização política, suas realizações culturais, suas referências normativas, suas instituições educacionais, etc.) ocupavam uma posição inferior em relação ao chamado “centro dinâmico da modernidade” - isto é, em relação ao lugar tomado como referência e padrão de medida de seu “grau de modernidade” .

Paradoxalmente, portanto, a própria ambição das sociedades latino-americanas de buscarem superar suas “nada apreciáveis peculiaridades”, por meio de medidas que as impulsionasse ao *desenvolvimento*, acabou servindo como novo suporte para a projeção de (velhas) imagens e estigmas que confirmavam e

²⁰ O autor revela ainda que “[e]mbora o número de ofertas de cursos de *Latin American Studies* por universidade fosse praticamente o mesmo em 1949 e em 1958, ele dobrara em 1969. Essa tendência foi constante em todo o espectro de disciplinas - exceto para os cursos de sociologia cujo número aumentou quatro vezes. Enquanto os levantamentos de 1949 e 1958 identificaram centro e quarenta e nove instituições americanas de ensino superior com oferta de cursos de *Latin American Studies*, o de 1969 totalizou duzentas e doze dessas instituições. Completando a consolidação dos *Latin American Studies*, o periódico *Latin America Research Review* foi criado em 1966, em seguida à fundação da *Latin American Studies Association* (LASA) no mesmo ano” (FERES Jr., 2005: 88).

reafirmavam sua própria posição de subordinação²¹. Nessas circunstâncias, os países do “centro dinâmico da modernidade” não só seriam tomados como referência aos países subdesenvolvidos, como também os guiariam em mais essa missão civilizatória. Esses processos eram acompanhados do envio de missões aos países da região, encarregadas de produzir relatórios que forneciam “um conjunto detalhado de prescrições, incluindo objetivos e metas quantificáveis, necessidades de investimentos, critérios de elaboração, metodologias, e seqüências temporais [para seu cumprimento] (ESCOBAR, 1995: 25)”²². O ponto-chave, conforme demonstrado por Arturo Escobar, é que “a despeito de expresso em termos de objetivos humanitários e de preservação da liberdade, a nova estratégia visava proporcionar um novo controle sobre os países e seus recursos. O tipo de desenvolvimento promovido conformava-se às idéias e expectativas do Oeste afluyente, àquilo que os países ocidentais julgavam ser o curso normal de evolução e progresso. (...) ao conceituar progresso em tais termos, essa estratégia de desenvolvimento tornou-se um poderoso instrumento para normalizar o mundo” (ESCOBAR, 1995: 26).

²¹ Em 1939, em um encontro no Panamá entre os Ministros das Relações Internacionais das Américas (*Inter-American Conference of Foreign Ministers*), o governo dos EUA admitiu que, ante a proximidade do conflito mundial e as prováveis dificuldades a serem enfrentadas pelos países da região, medidas econômicas deveriam ser tomadas a fim de que a unidade e segurança do continente fossem garantidas. Em janeiro de 1940, foi criada a *Inter-American Development Commission*, com o propósito de “encorajar a produção latino-americana orientada para o mercado dos Estados Unidos” (ESCOBAR, 1995: 32). A ênfase, pois, não recaía sobre o estímulo à industrialização desses países. À época, as principais fontes de assistência eram o Banco de Importação-Exportação e a Corporação de Reconstrução Financeira. Assim sendo, pode-se dizer que as primeiras demandas por industrialização e *desenvolvimento*, que partiram dos próprios países da região, em nada agradaram os governos norte-americanos. Segundo Arturo Escobar (1995), isso ficou claro em três conferências inter-americanas que tiveram lugar nos anos 1940: a de Chapultepec (México, 1945), a do Rio de Janeiro (1947) e a de Bogotá (1948). Na conferência de Chapultepec, muitos dos presidentes da região salientaram a importância da industrialização para a consolidação da democracia no continente americano. Para tal, o suporte norte-americano era visto como uma condição *sine qua non*. O início da Guerra Fria e a “ameaça comunista” rondando a região mostraram-se essenciais para a mudança de postura dos governos norte-americanos em favor da assistência solicitada. Ver, a esse respeito, o primoroso estudo de Arturo Escobar (1995).

²² Segundo Arturo Escobar, “[d]e 11 de julho a 5 de novembro de 1949, uma missão econômica, organizada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, visitou a Colômbia com o propósito de formular um programa geral de desenvolvimento para o país. Foi a primeira missão desse tipo enviada a um país subdesenvolvido pelo Banco Internacional. A missão incluía quatorze conselheiros internacionais nos seguintes campos: intercâmbio internacional; transporte; indústria, combustível e energia; auto-estradas e vias fluviais; infra-estrutura comunitária; agricultura; saúde e bem-estar; finanças e questões bancárias; economia, orçamento nacional; ferrovias; e refinarias de petróleo” (ESCOBAR, 1995: 24).

Nesse processo de criação das condições de possibilidade para o desenvolvimento das “sociedades latino-americanas”, uma idéia-força ocupou espaço privilegiado: a *modernização*, vista como “a única força capaz de destruir superstições e relações arcaicas, qualquer que fossem os custos sociais, culturais e políticos. Industrialização e urbanização eram vistos como as rotas inevitáveis e necessariamente progressistas em direção à modernização” (ESCOBAR, 1995: 39-40). Segundo Escobar, ao menos três grandes transformações fundamentais eram vistas como essenciais para esse salto qualitativo e quantitativo esperado para os países pobres latino-americanos: 1) O processo de formação de capital, incluindo os diversos fatores associados a ele (superação de gargalos ligados à tecnologia, recursos, políticas monetária e fiscal, a agricultura, comércio, industrialização, gerenciamento da população); 2) O fomento de valores culturais modernos, que deveriam substituir as referências normativas, morais e culturais tradicionais das populações locais; e 3) A criação de instituições adequadas para levar adiante todo esse processo.

As implicações desse processo são cristalinas: saberes e formas de vida locais, tanto quanto auto-imagens e auto-identidades que destoavam das referências e parâmetros epistemológicos, culturais, econômicos e políticos do “centro dinâmico da modernidade” foram ou desconsiderados *in toto* ou absolutamente silenciados, já que vistos como obstáculos à consecução da almejada modernização. Uma vez mais, agora sob a égide do *desenvolvimento* - a nova missão civilizatória do século XX -, a noção de *América Latina* operou como um instrumento de controle e poder, de fabricação da realidade e, inevitavelmente, de solapamento forçado de diferenças e complexidades locais. Contextos tão diversos como a sociedade brasileira (e suas peculiaridades internas), a sociedade panamenha (e suas particularidades domésticas), a sociedade mexicana (e suas especificidades interiores), dentre outros, foram reduzidos ao rótulo de *sociedades, culturas, populações e instituições latino-americanas em processo de modernização e desenvolvimento*. Não é de se estranhar, pois, que muitos habitantes dessas sociedades “começaram a se pensar como inferiores, subdesenvolvidos e ignorantes, e a duvidar dos valores de sua própria cultura” (ESCOBAR, 1995: 52). Isso não poderia ser diferente uma vez que, conforme salienta Escobar, nessa forma de representação, há um notável privilégio daqueles que representam (os reformadores) em detrimento da capacidade dos representados (os “objetos-destinatários” das reformas).

A crise do discurso desenvolvimentista na “América Latina” não mudou o padrão de representação e fabricação de imagens a respeito das populações da região. Como sabemos, ela foi seguida de um novo conjunto de preceitos e receitas, uma vez mais concebidos e forjados no “centro dinâmico da

modernidade” com a expectativa de que deveriam ser internalizados e absorvidos, preferencialmente de maneira estrita, pelos países latino-americanos: o neoliberalismo (HARVEY, 2005). Nesse sentido, desde o início dos anos 1990, a região tornou-se o laboratório de testes de mais esse experimento epistemológico, por meio do qual mecanismos de controle e tecnologias de poder afirmaram-se e confirmaram a posição assimétrica da “América Latina” em relação aos centros hegemônicos. Não por acaso, corrupção, falta de eficiência do setor público, ausência de espírito empreendedor no setor privado, inabilidade gerencial, incompatibilidade entre comportamento cotidiano e metas traçadas, imperfeição das instituições políticas, dentre outras qualidades, voltaram a ser apontados como as causas do atraso e subdesenvolvimento da região. Reforma do Estado, reforma previdenciária, flexibilização da legislação trabalhista, privatização de amplos setores da economia, investimentos privados na educação, reforma tributária, controle orçamentário, abertura das economias nacionais para investimentos e produtos estrangeiros, contenção da inflação, austeridade fiscal e monetária, dentre outros, foram todos apresentados como pontos nodais de uma nova agenda de transformações a ser imperativamente adotada e implementada pelos “governos latino-americanos”, supostamente em benefício de suas respectivas sociedades. Assim, a condução das sociedades da região em direção às características do “centro dinâmico da modernidade” uma vez mais passou a ser vista como condicionada à adoção de certos padrões institucionais, valores culturais e gerenciamento da economia moldados pelo próprio “centro dinâmico” (a despeito de não necessariamente adotados à risca por aquele “centro”). Novamente sob a égide da “verdade técnica”, diferenças e peculiaridades locais foram reduzidas e solapadas para que se encaixassem em um certo conjunto de imagens que, através do rótulo *América Latina*, procuraram dar coerência e unidade a uma ampla e diversa gama de fenômenos e eventos.

IV. Alguns auto-retratos *latino-americanos*

Em que medida alguns dos elementos nodais daquelas projeções fabricadas e projetadas pelos europeus e, a partir do século XIX, pelos próprios norte-americanos a respeito da parte sul do continente americano teriam sido internalizadas, incorporadas e utilizadas pelas próprias populações locais em seus esforços de auto-apresentação e auto-representação? De fato, seria um enorme equívoco assumir que esses estigmas projetados sobre o “Novo Mundo” originaram-se e foram continuamente alimentados apenas ou mormente “desde fora”. Ao contrário disso, muito cedo tais imagens revelaram-se fundamentais às próprias maneiras através das quais auto-identidades e auto-retratos foram construídos por

diferentes setores das “sociedades latino-americanas”. Nesse exato sentido, é bastante sintomático que alguns anos após a publicação de seus relatos de viagem à América do Sul (e de seu extenso consumo pelo público europeu), “[o]s escritos de [Alexander von] Humboldt (...) tornaram-se matéria-prima essencial para as ideologias americana e americanista, forjadas por intelectuais crioulos [isto é, colonos brancos de origem européia nascidos em solo americano], nas décadas de 1820, 1830 e 1840. Seus escritos foram a pedra de toque para a literatura cívica que aclamava a independência literária da América hispânica, formulando auto-avaliações orgulhosamente americanistas” (PRATT, 1999: 299). O ponto-chave acentuado por Mary Pratt é que, naquele período, “[n]os textos fundamentais da literatura hispano-americana, a América Latina primal e estetizada de Humboldt fornece freqüentemente o ponto de partida para as prescrições morais e cívicas às novas repúblicas” (PRATT, 1995: 299-300). Isso não implicou em mera imitação de modelos europeus. Ainda assim, elementos dos discursos europeus a respeito do “Novo Mundo” foram adotados, seletivamente pinçados, nos esforços de produção de auto-imagens e auto-identidades das sociedades locais. Nesse sentido, por exemplo, em uma carta de 1826, Simón Bolívar clamava: “Somos a prole vil do espanhol predador que veio à América para sangrá-la até o fim e procriar com suas vítimas”. Logo em seguida, Bolívar não deixa de manifestar sua angústia: “Com tal mistura racial e tal currículo moral podemos nós estabelecer leis acima de líderes e princípios acima de homens?” (in PRATT, 1995: 320). Pouco mais de vinte anos depois, o argentino Domingo Faustino Sarmiento, enviado à Europa pelo governo chileno com a missão de estudar sistemas de educação públicos europeus, falava assim de sua dificuldade em produzir um livro interessante sobre suas experiências no “Velho Continente”: “Tal dificuldade é um tanto maior se o viajante provém de uma das *sociedades menos avançadas* com a intenção de se ilustrar com *as mais avançadas*”. Naquelas condições, dizia o próprio Sarmiento, “a falta de preparo intelectual deixa o olho turvo e míope” (in PRATT, 1995: 323. Grifos meus).

Não se quer dizer com isso que os olhares “de dentro” voltados à “América Latina” não fizeram outra coisa senão reproduzir imagens e modelos “de fora”. Ora, como bem revelou Feres Jr., à mesma época em que o termo *Amérique Latine* surgia na França imperialista de Napoleão III (em meio à doutrina do panlatinismo, que reservava aos franceses a liderança do “mundo latino”), a noção de “América Latina” na língua espanhola emergia pelas mãos do jornalista, poeta, crítico e escritor colombiano José Maria Torres de Caicedo. Apelando para a formação de uma confederação de repúblicas latino-americanas que pudesse fazer frente ao expansionismo imperialista norte-americano de meados do século XIX, Caicedo acreditava na existência de uma herança latina comum, que incluía não só a língua espanhola e o catolicismo, mas também o republicanismo e a rejeição ao sistema

escravocrata. A despeito de não ter surtido o efeito desejado, Caicedo almejava que a criação da *Sociedad Latinoamericana Científico-Literaria* (1868) e da *Sociedad de la Unión Latinoamericana* (1879) alavancasse um projeto político maior, capaz de fomentar unidade a sociedades que, segundo o jornalista, possuíam aquele passado e herança cultural comuns (FERES Jr., 2005).

Ainda assim, duas coisas não devem passar despercebidas: primeiramente, como bem salienta Feres Jr., “em suas duas versões originais, (*América Latina* em espanhol e *Amérique Latine* em francês), o termo em questão constituiu o centro de ideologias diretamente ligadas a projetos políticos imperialistas”, seja em defesa de um projeto expansionista (caso da França), seja em resposta a ele (como autodefesa ante o perigo do imperialismo norte-americano) (FERES Jr., 2005: 55). E, em segundo lugar, como observou Renato Ortiz (1998/1999) os movimentos nativistas e de independência nas “sociedades latino-americanas” experimentados desde o final do século XVIII são feitos “em nome dos ideais do Iluminismo”. Ao longo e ao final desse processo, “Espanha e Portugal deixam de ser um padrão de referência. França, Inglaterra, e, no final do século [XIX], os Estados Unidos encarnam um novo tipo de organização social” (ORTIZ, 1998/1999: 151). Não por acaso, era desejo de Domingo Sarmiento fazer da Argentina os “Estados Unidos da América do Sul” (ORTIZ, 1998/1999). Ora, o calcanhar de Aquiles dessas “auto-imagens latino-americanas”: “a tradição mestiça é vista pela elite dominante como um obstáculo, um entrave, algo a ser ultrapassado” (ORTIZ, 1998/1999: 153). Daí a resignação do sociólogo argentino Carlos O. Bunge (1875-1918) quanto à condição de seu país: “nunca poderemos trocar nossa história, nosso sangue nem nosso clima, mas podemos europeizar nossas idéias, sentimentos e paixões” (in ORTIZ, 1998/1999: 155).

O século XX mostrou-se ainda mais pródigo no tocante aos esforços intelectuais e culturais de construção de auto-identidades pelas elites dessas sociedades. García Canclini argumenta que “[a] primeira fase do modernismo latino-americano foi promovida por artistas e escritores que regressavam a seus países logo depois de uma temporada na Europa. Não foi tanto a influência direta, transplantada, das vanguardas européias o que suscitou a veia modernizadora nas artes plásticas do continente, mas as perguntas dos próprios latino-americanos sobre como tornar compatível sua experiência internacional com as tarefas que lhes apresentavam sociedades em desenvolvimento” (CANCLINI, 2003: 78)²³. Para García Canclini, contribuiu para a disseminação dessa produção intelectual o fato de que, a partir dos anos 1930, tais sociedades começaram a experimentar um

²³ García Canclini (2003) parece corroborar o argumento de Renato Ortiz ao afirmar que “em nenhuma dessas sociedades o modernismo foi a adoção mimética de modelos importados, nem a busca de soluções meramente formais” (CANCLINI, 2003: 83)

sistema de produção cultural mais autônomo e ampliado graças a melhorias nas taxas de alfabetização, ao crescimento da educação superior e à profissionalização das funções culturais. Não por acaso, a partir dos anos 1940, são criados grandes museus de arte moderna nas principais cidades da região: São Paulo e Rio de Janeiro (1948), Buenos Aires (1956), Bogotá (1962) e Cidade do México (1964). No final daquela década, seria a vez da CEPAL trazer à baila uma nova maneira de reafirmar a peculiaridade da região, dessa vez jogando luz sobre a secular condição de dependência econômica como fonte explicativa do “atraso latino-americano”. Ora, como adverte Octavio Ianni, “[n]o limiar do século 21, a América latina continua em busca de uma visão de si mesma, algum significado essencial. Conforme tem ocorrido em várias épocas da sua história, outra vez ela se defronta com mais interrogações do que respostas, mais inquietações do que perspectivas” (IANNI, 2005: 8).

Não é minha intenção dar prosseguimento a esse resgate histórico das construções de auto-imagens pelas “sociedades latino-americanas”. Elas são tantas e, ao mesmo tempo, tão multifacetadas que mereceriam um trabalho muito mais cuidadoso e criterioso²⁴. Ainda assim, não posso tangenciar uma das questões que têm orientado a presente apreciação crítica da noção de *América Latina*: tais “auto-representações latino-americanas” reforçam a imagem segundo a qual as sociedades da região são realizações imperfeitas do “centro dinâmico da modernidade”? Procurarei, a partir de agora, abordar essa problemática através de uma brevíssima consideração a respeito de como três figuras-chave do pensamento social brasileiro, amplamente tidos na academia brasileira como seus três principais pilares, imaginaram a suposta “peculiaridade latino-americana” em meio a seus esforços de interpretação da aclamada singularidade brasileira. Tais figuras-chave são justamente S. B. Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior. A importância de sua consideração deve-se ao fato de que, longe de serem peças obsoletas no museu da história do pensamento, ainda hoje permanecem referências centrais nos esforços interpretativos da sociologia brasileira: suas maneiras de imaginar e construir o Brasil e a “América Latina” continuam a servir de parâmetro à intelectualidade contemporânea.

Há algumas páginas acima, chamei atenção para a aproximação que Samuel Huntington propõe entre a “América Latina” e o que denominou genericamente de “mundo árabe”. Não deixa de ser interessante o fato de todo um capítulo do

²⁴ Ianni argumenta que “[a] despeito dos diferentes nomes que tem recebido, ou ostenta, continua sendo volátil, atravessada por situações e acontecimentos que não cabem neste ou aquele conceito, ou que o extrapolam: *América Latina*, *Iberoamérica*, *Indoamérica*, *Afroamérica*, *Hemisfério Ocidental*, *Nuestra América*; depois de ter sido *Índia Ocidental*, *Novo Mundo*, *Paraíso*, *Eldorado*, *América*” (IANNI, 2005: 12).

clássico *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre (1996), ser dedicado justamente a uma problemática que se revela algo similar. Em “O Oriente e o Ocidente”, Freyre mostra-se categórico: “até a transferência da Corte de Portugal para o Rio de Janeiro, o primado europeu de cultura no Brasil significara o primado português ou *ibérico* (...). E o *primado ibérico de cultura* nunca foi, no Brasil, exclusivamente europeu, mas, em grande parte, *impregnado de influências mouras, árabes, israelitas, maometanas*. De influências do Oriente mescladas às do Ocidente. De sobrevivências sólidas do Oriente não de todo dissolvidas na predominância do Ocidente sobre Portugal ou sobre a Ibéria” (FREYRE, 1996: 425. Grifos meus). Para Freyre, a influência do Oriente sobre o Brasil, via cultura ibérica, se estendeu durante séculos em domínios tão variados quanto a organização da economia e da política, a configuração familiar, os padrões educacionais tanto quanto a arte e a religião. Assim, segundo o autor, ao menos até o início do século XIX, quando passou a experimentar um processo de “reeuropeização” (tendo, a partir de então, França e Inglaterra como modelos), teriam prevalecido entre nós formas de viver e pensar mais próximas do Oriente do que de qualquer outro canto do planeta. Vale salientar, esse não seria um atributo meramente luso-brasileiro. Significativo para o que viria a se constituir no “Novo Mundo” fora o fato de que, na visão de nosso autor, “Espanha e Portugal, embora convencionalmente Estados europeus, não foram nunca ortodoxos em todas as suas qualidades, experiências de vida européias ou cristãs - antes, por muitos e importantes aspectos, parecendo *um misto de Europa e África, de cristianismo e maometismo*” (FREYRE, 2001: 58. Grifos meus). Por certo, isso não quer dizer que Freyre veja a experiência colonial brasileira como absolutamente similar à da América espanhola. Bem sabemos que, para ele, a sociedade que resultou naquilo que hoje entendemos como Brasil é tão dramaticamente singular que somente uma investigação que se dedicasse exclusivamente a entender suas particularidades seria capaz de bem apreendê-la²⁵. Ainda assim, Freyre atribui à herança ibérica, algum comum a Brasil e aos demais países do subcontinente, importância fundamental ao que viria a ocorrer na parte sul do “Novo Mundo”.

Sérgio Buarque de Holanda (1994) revela-se ainda mais enfático em relação à centralidade do passado ibérico para a peculiaridade da colonização brasileira e sul-americana. As raízes culturais ibéricas teriam sido as responsáveis pelo hiato que, ainda hoje, nos faz uma experiência societal (em suas diversas dimensões) tão distante dos “povos protestantes”. Talvez a mais marcante de todas as diferenças seja “a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundadora no culto ao trabalho” (HOLANDA, 1994: 9). Preferimos, em vez disso, a ociosidade, já que

²⁵ Seu clássico *Casa Grande & Senzala* é, nesse sentido, apenas uma peça-chave nesse projeto intelectual que gerou tantas obras. Ver Gilberto Freyre (2000).

ela traz consigo o prestígio que só os nobres podem desfrutar. O ideal de vida dos povos ibéricos, cujos traços fundamentais ainda se encontrariam entre os sul-americanos, é aquele de “uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação” (HOLANDA, 1994: 10). Qual seria a implicação disso? Ora, “enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da antiguidade clássica”: o ócio, acima de qualquer negócio.

Mas há outros aspectos que nos legaram traços que ainda hoje tanto nos diferenciam: se uma propriedade fundamental da modernidade é justamente aquela da extensão e profundidade sociais do processo de desencantamento do mundo - cuja implicação político-normativa foi o fomento e sedimentação de uma ordem legal impessoal e democrática -, Buarque de Holanda salienta que “[n]as nações ibéricas, a falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que, nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares” (HOLANDA, 1994: 9). Assim, entre espanhóis e portugueses, aquela ordem normativa vivenciada pelos povos protestantes não encontrou espaço para florescer, pois que a solidariedade social, “entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse - no recinto doméstico ou entre amigos” (HOLANDA, 1994: 10).

A despeito de partir de pressupostos um tanto quanto distintos daqueles observados nos esforços interpretativos de Freyre e Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. compartilha com eles a idéia de que a “América Latina” foi (e permanece sendo) palco de uma experiência societal diversa não só da Europa como também da parte norte do continente americano. Por certo, tanto a América do Norte como a Latina são “um capítulo da história do comércio europeu”, ou seja, “incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV” (PRADO Jr., 1970: 14). Mas, na sua essência, as similaridades esgotam-se aí: é possível “distinguir duas áreas diversas em que a colonização toma rumos inteiramente diversos”: as zonas temperadas (o território americano ao norte da Baía de Delaware) e a área tropical e subtropical da América. No primeiro caso, a povoação do território e sua exploração econômica aconteceram em “circunstâncias muito especiais”. Por um lado, é “a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas político-religiosas que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções” (PRADO Jr., 1970: 17). Em razão disso, migrarão para o “Novo Mundo” puritanos, quakers, huguenotes, menoritas, dentre outros, ao

longo de mais de duzentos anos de conflitos religiosos na Europa. Mas, por outro lado, há “um fator econômico que também concorre na Europa para este tipo de emigração. É a transformação econômica sofrida pela Inglaterra no correr do século XVI, e que modifica profundamente o equilíbrio interno do país e a distribuição de sua população” (PRADO Jr., 1970: 18). Surge daí a enorme massa de migrantes que abandonam o campo em processo de modernização e dispõem-se a tomar o rumo da América.

O *motto* da colonização da área tropical e subtropical da América é bastante diverso. “Em primeiro lugar, as condições naturais, tão diferentes do *habitat* de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador” (PRADO Jr., 1970: 20). Mas isso não é tudo: tendo em vista o fato de que o estímulo primordial nesta zona do continente americano é a comercialização dos seus produtos naturais, “o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, este meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto, como trabalhador. Outros trabalhariam para ele.” (PRADO Jr., 1970: 20).

Ora, essas diferenças de origem não passariam incólumes. Uma e outra regiões tiveram um desenrolar político e econômico muito distinto. Da experiência de colonização observada na região temperada da América derivará “um novo tipo de colonização”: o que seus colonos “têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. (...) O que resultará deste povoamento, realizado com tal espírito e num meio físico muito aproximado do da Europa, será naturalmente uma sociedade que embora com caracteres próprios, *tem semelhança pronunciada com a do continente de onde se origina*. Será pouco mais que *um simples prolongamento dele*” (PRADO Jr., 1970: 18-19. Grifos meus). Já “nos trópicos, pelo contrário, surgirá *um tipo de sociedade inteiramente original*. (...) No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial (...) destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”. (PRADO Jr., 1970: 23. Grifos meus).

Assim é que três das figuras mais importantes do pensamento sociológico brasileiro apresentam imagens a respeito da “América Latina”, no interior das quais realizam esforços interpretativos e explicativos da aclamada peculiaridade societal brasileira. Como se pode observar de maneira cristalina, o hiato entre, de um lado, o subcontinente e, de outro, a Europa e a parte norte do continente americano, é assumido como definitivo: toma-se, desde o início, a existência de uma especificidade latino-americana, seja ela decorrente de uma suposta herança

cultural muito distante do chamado “centro dinâmico da modernidade”, seja em função da posição econômica dependente ocupada pelas colônias latino-americanas no cenário internacional. Segundo os autores aqui contemplados, seriam esses pontos de partida peculiares os responsáveis por definir, dali para frente, uma especificidade que se estenderia em direção às suas instituições políticas, legais, à sua dinâmica econômica, ao padrão de comportamento de seus cidadãos, dentre outros. Ao menos nesse sentido, e em linhas bastante gerais, pode-se dizer que as “auto-imagens latino-americanas” resultantes desses esforços interpretativos diferem muito pouco daqueles estigmas e estereótipos anteriormente mencionados. Em ambos os casos, as implicações analíticas são notoriamente similares: a *América Latina* acaba, uma vez mais, por ser assimilada como uma espécie de *variável independente*, responsável por definir, desde pronto, uma configuração e experiência sociais que as distingue do “centro dinâmico da modernidade”. Resta-nos discutir se não nos resta outra alternativa (epistemológica e metodológica).

V. Reflexões finais

No capítulo introdutório à coletânea *The Political Economy of Latin America in the Postwar Period*, Laura Randall (1997) lança a seguinte pergunta: “Por que editar um livro-texto sobre as economias latino-americanas quando há textos que descrevem a América Latina como um todo?”. Para a própria autora, a principal justificativa em defesa de um esforço de pesquisa mais atento às variações que necessariamente escapam às grandes generalizações é que elas “não dão conta adequadamente da importância das políticas, das pessoas, e das diferenças entre as nações latino-americanas no tocante a determinar seu desenvolvimento econômico. Embora Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Equador, México e Peru (...) estejam ligados pela língua e cultura, eles diferenciam-se quanto ao tamanho, recursos herdados, e tradições políticas e históricas; daí que cada nação é melhor estudada no contexto de sua própria história e eventos mundiais” (RANDALL, 1997: 1). Por certo, seria legítimo também questionar se essa mesma advertência não deveria ser dirigida a estudos que se dedicam à compreensão de cada uma dessas nações tendo em vista a enorme diversidade de “realidades” (regionais e locais) que englobam.

O ponto que me parece fundamental, pois, não é a escala da generalização, mas sim, seu status metodológico e epistemológico. A fim de concluir essas intervenções com um posicionamento crítico dirigido à noção de América Latina e ao binômio *centro - periferia* em que ela se sustenta, gostaria de resgatar algo que foi salientado em diversos momentos nas páginas anteriores:

trata-se do argumento conforme o qual as imagens e estigmas atrelados à *América Latina* corroboram de maneira fundamental para colocar as “coisas” as quais tal noção se refere como uma realização imperfeita, ou como uma experiência societal que se revelou (e continua a se revelar) incapaz de assumir a mesma configuração do chamado “centro dinâmico da modernidade”. Dessa forma, renovam-se no seio das ciências sociais as implicações de poder que decorrem do uso e abuso da noção de *América Latina*. Sua utilização para designar contextos sociais tidos como peculiares em relação ao “núcleo da modernidade” não é, em hipótese alguma, isenta de conseqüências: acaba por congelar a idéia conforme a qual há “uma experiência latino-americana” (histórica, cultural, econômica, política, e até natural) que deve ser abordada, desde pronto, como algo particular, além de dotado de unidade e identidade em relação a outras experiências e configurações sociais. Não é de se estranhar, pois, a freqüência com que ela é adotada *a priori* como variável independente, pretensamente capaz de explicar aquela suposta peculiaridade. Com isso, forja-se o lugar da “experiência latino-americana” na modernidade (por certo, um lugar à margem daquele “núcleo”).

Ora, o que fazer diante disso? Seria adequado tomar por certo a existência particular de uma experiência latino-americana, cujas características justificariam aos cientistas vê-la como algo desde o início ou imediatamente peculiar no cenário da modernidade? E se assim não procedermos? Restar-nos-ia alguma alternativa metodológica e epistemológica que não implicasse na rejeição pura e simples de qualquer generalização conceitual? Há dois debates contemporâneos já bastante sedimentados no seio das ciências sociais que me parecem referências interessantes para se refletir a respeito desse problema: um deles gira em torno da idéia de *modernidades múltiplas*; o outro a partir da perspectiva que vem sendo designada como *pós-colonial*. Note-se que em ambos os casos, o tema da *margem* vem à tona como um nexos para se engajar em um complexo diálogo com o discurso da modernidade. Mas as congruências esgotam-se nesse ponto: enquanto o debate sobre as *modernidades múltiplas* acentuam experiências societais marginais para chamar atenção à diversidade da sociabilidade moderna no mundo contemporâneo; a perspectiva *pós-colonial* busca, a partir do resgate do ponto de vista marginal, desconstruir os próprios pressupostos do discurso da modernidade. Vejamos.

S. N. Eisenstadt (2000), talvez o principal expoente da produção sobre *modernidades múltiplas*, argumenta que o cenário que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi crescentemente palco de uma quantidade significativa de variações institucionais e ideológicas em sociedades que atravessavam processos de modernização (fossem elas ocidentais ou não). As diferentes tradições, cabedais culturais e experiências históricas (muitas das quais anti-modernas e até mesmo anti-ocidentais) dessas sociedades tiveram forte influência nas configurações que

resultaram desses processos de modernização, muito embora o ponto de referência crucial tenha permanecido o projeto e as realizações do Ocidente. Segundo Eisenstadt, isso deve implicar numa ponderação ao cenário proposto pelos teóricos da modernização dos anos 1950, para quem “o programa cultural da modernidade desenvolvido na Europa moderna e as constelações institucionais básicas que lá emergiram iriam inexoravelmente dominar todas as sociedades modernas ou em processo de modernização” (EISENSTADT, 2000: 1). Conforme a abordagem das *modernidades múltiplas*, essa suposta homogeneidade apregoada pelos teóricos da modernização não pode ser encontrada nem mesmo no berço da modernidade: a respeito da própria Europa Ocidental e dos EUA e Canadá, Wittrock salienta que “não é verdade que todos esses países tiveram tipos similares de instituições políticas e econômicas (...). Ao longo dos últimos dois séculos, ocorreram diferenças profundas entre os países ocidentais na maneira pela qual a sociedade, a economia de mercado e as formas políticas modernas melhor se organizaram” (WITTROCK, 2000: 33). O que dizer, então, das sociedades que apenas posteriormente adotaram os mesmos padrões e referências do berço da modernidade? Elas experimentaram trajetórias diferentes, além de terem alcançado resultados distintos, razão pela qual seus padrões de organização política, de condução da dinâmica econômica, tanto quanto de configuração normativo-legal, dentre outros, são significativamente diversos daqueles observados na Europa Ocidental²⁶.

A despeito de ter o discurso da modernidade como seu referencial primordial, a ênfase da ampla e multifacetada produção sobre a *condição pós-colonial* é bastante diversa. O ponto crucial aqui não é mostrar, a partir de uma consideração das experiências sociais da periferia, que a sociabilidade da modernidade é muito mais diversa e multifacetada do que pressupõe o discurso clássico da modernidade. O passo é mais radical: trata-se de caminhar pelas margens a fim de desconstruir o próprio discurso da modernidade. É nesse exato sentido, por exemplo, que Kwame Appiah (1992) lança como tarefa “entender por que a racionalização do mundo não pode mais ser vista como uma tendência seja do Ocidente ou da história”, como se fosse algo inevitável e inexorável. Isso porque, segundo o autor, aquilo que Weber denominou por desencantamento do mundo descreve não mais que pequenas ilhas de experiência social. Trata-se, pois, de salientar duas coisas: primeiramente, várias das noções, projetos políticos e formas de organização social tidos pelo discurso da modernidade como diferenciais da experiência moderna - e, nesse sentido, responsáveis por garantir identidade ao Ocidente em relação ao “Outro” não-ocidental (ou quase-ocidental) - assentaram-

²⁶ Ver as observações presentes em Nilüfer Gole (2000).

se de maneira determinante em experiências societais a princípio indicados como a sua própria negação. Mas, em segundo lugar, trata-se também de mostrar que muitas daquelas noções e projetos políticos supostamente peculiares e únicos ao Ocidente foram experimentados de maneira vibrante por aqueles tidos como o seu “Outro”. As reflexões de Paul Gilroy (1993) a respeito do que denomina por “Atlântico Negro” vão justamente nesta direção: um espaço inicialmente pensado como palco de diferenças, o “Atlântico Negro” revelou-se cenário de encontros determinantes e mutuamente dependentes entre aqueles que o discurso da modernidade tende a apresentar como essencialmente distintos: o “Ocidente” e seu “Outro”.

A alternativa metodológica e epistemológica anteriormente demandada parece, pois, estar mais próxima do debate a respeito da condição pós-colonial. Explico-me. Conforme teve oportunidade de salientar Volker Schmidt (2007), é problemático pressupor diferenças estanques entre cenários tidos como historicamente diversos em suas origens, cujos pontos de partida distintos seriam supostamente responsáveis por terem configurado padrões de modernidade tão particulares: uma modernidade européia, uma modernidade nipônica, uma sínica, uma islâmica, uma latino-americana, e assim por diante. Ora, segundo Schmidt, uma das fragilidades da literatura sobre as múltiplas modernidades é que “as próprias premissas sobre as quais ela baseia-se implicam que *deve existir* maior variedade ao longo das linhas civilizatórias que ao longo da linha temporal e ao longo das épocas na história mundial”. Por essa razão, o desenrolar histórico propriamente dito é obscurecido em favor de pretensas diferenças culturais originárias - essas sim tidas como determinantes.

Mas há outro aspecto a ser considerado, dessa vez concernente à postura embutida na crítica pós-colonial: ao lidar com “os lugares de enunciação pós-colonial como uma formação discursiva emergente e [talvez mais importante] como uma forma de articulação de racionalidade subalterna” (MIGNOLO, 2000), salienta-se a experiência e a *gnosis* da margem (ou da *borda*, como quer Walter Mignolo) como fenômenos fundamentais para uma crítica epistemológica radical ao próprio discurso da modernidade. Além disso, ao buscar criticar a suposta univocidade do pensamento Europeu (do qual, obviamente, o discurso da modernidade é uma peça-chave)²⁷, abre-se espaço para a desconstrução de categorias que em vez de se apresentarem como instrumentos para o conhecimento, se lhe antepõem como obstáculos - uma vez que dotadas de uma essência não constatada na realidade a qual afirmam referir-se. Conforme tem-se argumentado neste artigo, a noção de *América Latina* é merecedora dessa postura

²⁷ Argumento defendido em Kalpana Seshadri-Crooks (2002).

a um só tempo metodológica e epistemológica. Não assumi-la de antemão como um ponto de partida analítico é mister em um esforço explicativo-interpretativo que se quer crítico e atento às armadilhas de referências cognitivas hegemônicas. Isso não implica em pretender que ela não exista. Mas é preciso estar alerta para as circunstâncias em que ela é acionada, para suas diferentes tonalidades e significados e, por fim, para as distintas implicações de poder que decorrem daquelas múltiplas circunstâncias. Daí a opção consciente por não adotá-la como uma variável independente.

Referências

- APPIAH, K. A. *In my father's house: Africa in the philosophy of culture*. New York: Oxford University Press, 1992
- CARDOSO, F. H. and FALETTO, E. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979
- COLOMBO, C. *Diários da Descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: L&PM, 1991
- EISENSTADT, S.N. Multiple Modernities. *Daedalus*, 129 (1): 1-29, 2000
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995
- FERES Jr., J. *A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2005
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - 2*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000
- FREYRE, G. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - 2*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996
- FURTADO, C. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, Editor S/A, 1969
- GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003
- GILROY, P. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. London: Verso, 1993
- GOLE, N. Snapshots of Islamic modernities. *Daedalus*, 129 (1): 91-117, 2000
- HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994
- HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2002

- HUNTINGTON, S. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária; São Paulo: Ed. Da USP, 1975
- IANNI, O. Enigmas do pensamento latinoamericano. *Primeira Versão - IFCH/Unicamp*, nº 125, 2005
- LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso Livros, 2005
- MIGNOLO, W. “(Post)Occidentalism, (Post)Coloniality, and (Post)Subaltern Rationality”. In FAWZIA AFZAL-KHAN; KALPANA SESHADI-CROOKS (eds). *The Pre-Occupation of Postcolonial studies*. Durham: Duke University Press, pp. 86-118, 2000
- NIETZSCHE, F. *The Gay Science*. New York: Vintage Books, 1974
- ORTIZ, R. Da modernidade incompleta à modernidade-mundo. *Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, 5(2)/6(1): 145-172, 1998/1999
- PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970
- PRATT, M. L. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: Edusc, 1999
- RANDALL, L. *The Political Economy of Latin America in the Postwar Period*. Austin: The University of Texas Press/Institute of Latin American Studies, 1997
- SAID, E. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1979
- SCHMIDT, V. Múltiplas modernidades ou variedades da modernidade? *Revista de Sociologia e Política*, no. 28/junho: 147-160, 2007
- SESHADRI-CROOKS, K. “At the margins of Postcolonial studies: Part 1”. In FAWZIA AFZAL-KHAN; KALPANA SESHADI-CROOKS (eds). *The Pre-Occupation of Postcolonial studies*. Durham: Duke University Press, pp. 3-23, 2002
- SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. *Modern Latin America*. New York: Oxford University Press, 1984
- TODOROV, T. *The Conquest of America: the question of the other*. New York: HarperPerennial, 1999
- WITTRICK, B. Modernity: one, none, or many? European origins and modernity as a global condition. *Daedalus*, 129 (1): 31-60, 2000